



Dialogando sobre inclusão de pessoas surdas: articulação entre a universidade e a Ronda Escolar Portal do Sertão

IRENILSON PATRÍCIO DOS SANTOS
NANCI RODRIGUES ORRICO
AGLAIA MURITIBA CARNEIRO OLIVEIRA
NINA GISELLE MARQUE DE OLIVEIRA

Dialogue on the inclusion of deaf people:
cooperation between the university and the
ronda escolar portal do sertão

Dialogando sobre inclusão de pessoas surdas: articulação entre a universidade e a Ronda Escolar Portal do Sertão

Dialogue on the inclusion of deaf people: cooperation between the university and the Ronda Escolar Portal do Sertão

PALAVRAS-CHAVE
INCLUSÃO.
PESSOAS SURDAS.
ATIVIDADE DE
EXTENSÃO.
RONDA ESCOLAR.

KEYWORDS
INCLUSION.
DEAF PEOPLE.
EXTENSIONACTIVITY.
SCHOOL PATROL.

RESUMO Trata-se de relato de experiência de ação de extensão desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica, Inclusão e Diversidade (PPGECID), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). A atividade alinhou pesquisa acadêmica que vem sendo desenvolvida no âmbito do PPGECID com a área profissional do pesquisador. O mestrando, licenciado em Letras e policial militar da Bahia, atuando na Ronda Escolar Portal do Sertão, em Feira de Santana-BA, está buscando entender os processos de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa escrita, na perspectiva do bilinguismo, para a pessoa Surda. A ação, intitulada “Inclusão de Pessoas Surdas: um olhar sensível com a Ronda Escolar Portal do Sertão”, articulou a atividade de labor do discente com a sua formação e a pesquisa. Realizaram-se dois encontros formativos, cujos objetivos consistiram em proporcionar, para esses policiais militares, um aporte teórico sobre a inclusão e a Libras, bem como sensibilizá-los sobre a importância de comunicar-se com pessoas Surdas usando a L1 desses sujeitos e mostrar alguns recursos analógicos e tecnológicos disponíveis para comunicação com Surdos. Ao final, construiu-se um espaço formativo colaborativo, promovendo a sensibilização sobre inclusão e a aproximação entre a pesquisa acadêmica e a prática educativa.

ABSTRACT This is an experience report on an outreach initiative developed within the Graduate Program in Science Education, Inclusion, and Diversity (PPGECID) at the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB). The activity aligned academic research underway within PPGECID with the researcher's professional field. The master's student, a graduate in Literature and a military police officer from Bahia, working at the Portal do Sertão School Patrol in Feira de Santana, Bahia, is seeking to understand the processes of teaching and learning written Portuguese from a bilingual perspective for Deaf people. The initiative, titled “Inclusion of Deaf People: A Sensitive Perspective with the Portal do Sertão School Patrol,” combined the student's work with his education and research. Two training sessions were held, the objectives of which were to provide these military police officers with theoretical support on inclusion and Libras, as well as to raise awareness of the importance of communicating with Deaf people using their native language and to demonstrate some analog and technological resources available for communication with Deaf people. Finally, a collaborative training space was created, promoting awareness of inclusion and bridging the gap between academic research and educational practice.

IRENILSON PATRÍCIO DOS SANTOS
Mestrando do Programa de Pós-Graduação
em Educação Científica, Diversidade e
Inclusão – PPGECID/UFRB.

E-mail: patricius_ba@hotmail.com

NANCI RODRIGUES ORRICO
Professor Doutora e orientadora no
Programa de Pós-Graduação em Educação
Científica, Diversidade e Inclusão
– PPGECID/UFRB.

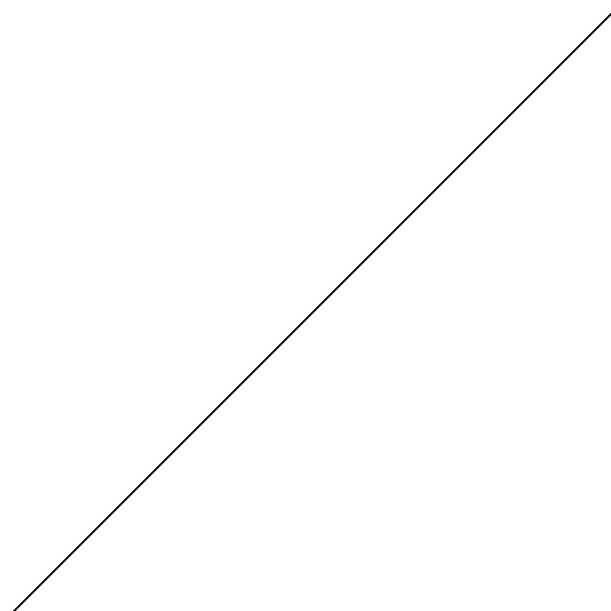
E-mail: nanciorrico@ufrb.edu.br

**AGLAIA MURITIBA CARNEIRO
OLIVEIRA** Mestranda do Programa de
Pós-Graduação em Educação Científica,
Diversidade e Inclusão – PPGECID/UFRB e
colaboradora na ação de extensão.

E-mail: aglaia.muritiba@yahoo.com.br

**NINA GISELLE MARQUE DE
OLIVEIRA** Graduada em Direito e no
Curso de Formação de Oficiais Policiais
Militares pela Academia de Polícia Militar
da Bahia. Graduanda em Psicologia.
Supervisora da ação de extensão e ex-
Comandante da Ronda Escolar Portal do
Sertão

E-mail: ninamarques.pmba@gmail.com



INTRODUÇÃO Desenvolver ações de conscientização sobre educação inclusiva requer, antes de tudo, compromisso, cuidado e atenção por parte de todos os envolvidos. Partindo dessa premissa, esta atividade foi planejada para a comunidade, em articulação com uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica, Inclusão e Diversidade (PPGECID), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Nesse sentido, foi realizada uma atividade de extensão vinculada ao componente curricular Estágio de Docência no Ensino Superior em Educação Científica, Inclusão e Diversidade (PGSS061), corroborando com o que diz Pimentel (2018) quando afirma que a educação, na perspectiva da inclusão, é um ato político, visto que espera o movimento de uma sociedade justa e baseada na equidade. Esse momento do percurso acadêmico foi muito relevante por promover uma articulação entre conteúdos teóricos aprendidos e discutidos na academia e a prática da pesquisa. É importante ressaltar que tratar da inclusão de pessoas com deficiências ou transtorno do desenvolvimento global não está restrito apenas ao ambiente escolar. Essas pessoas estão em todos os espaços e frequentam lugares diversos, e nem sempre o outro consegue lidar com eles.

Para construção da atividade, dois pontos foram levados em consideração: i) que a pesquisa que vem sendo desenvolvida versa sobre a Língua Portuguesa escrita, na perspectiva do bilinguismo¹ para a pessoa Surda² – Língua Brasileira de Sinais (Libras), como sua primeira língua (L1), e a Língua Portuguesa escrita, como segunda língua (L2); ii) que o pesquisador que vem desenvolvendo a pesquisa, além de professor com Licenciatura em Letras, também é policial militar concursado e desempenha suas atividades laborais na Ronda Escolar Portal do Sertão, subordinado ao Comando do Policiamento da Região Leste, em Feira de Santana – BA. Logo, a atividade de extensão foi pensada a partir da possibilidade de discutir sobre inclusão em uma perspectiva de articulação entre o Ensino Superior e a comunidade externa.

Nesse contexto, considerando que a Ronda Escolar desenvolve sua atividade fim nas unidades de ensino e no seu entorno, promovendo a

1
Para Capovilla (2000), o bilinguismo tem como objetivo o surdo desenvolver as habilidades na sua primeira língua e a modalidade escrita na sua língua secundária.

2
Optou-se pela escrita com a letra "S" maiúscula por entender que o Surdo é sujeito cultural e político. Assim, a surdez é compreendida como diferença e não como deficiência, (WILCOX, S e WILCOX, P., 2005).

segurança da comunidade escolar, visando abrandar uma possível lacuna comunicacional quando do contato com estudantes Surdos, a ação desenvolvida teve como objetivo apresentar um arcabouço teórico acerca de inclusão, das pessoas Surdas e sobre a Libras, para policiais militares integrantes da Ronda Escolar Portal do Sertão. Vale destacar que esses agentes de segurança pública realizam visitas preventivas e palestras em unidades educacionais e, quando acionados, participam de resoluções de conflitos envolvendo a comunidade escolar. Como desdobramento, os objetivos específicos foram sensibilizar os participantes sobre a importância de comunicar-se com pessoas Surdas usando a L1 desses sujeitos, bem como mostrar alguns recursos analógicos e tecnológicos disponíveis para uma comunicação com Surdos.

Entendemos que a atividade de extensão ganha relevância, pois reconhecemos que a linguagem, numa comunicação ilimitada com o outro, tem função interpessoal, e intrapessoal no que diz respeito à construção do pensamento e conceitos. A ausência de comunicação pode trazer implicações nos desenvolvimentos emocional, social e intelectual da pessoa, como defende Capovilla (2000). Isso foi ratificado por Sacks (2021), ao apontar que muitas vezes a dificuldade de comunicação que as pessoas Surdas enfrentam acontece porque nós, ouvintes, temos o hábito de perceber a pessoa com deficiência a partir apenas da sua biologia (surdez), e não do aspecto social (cidadão).

Nesse sentido, como forma de colocar em prática o proposto como atividade de extensão, foram planejados e realizados dois momentos de oficinas formativas, que contaram com integrantes do policiamento especializado, e membros da comunidade acadêmica do PPGECID/UFRB.

METODOLOGIA O primeiro momento do estágio foi voltado para pensar e refletir sobre uma atividade de extensão que estivesse alinhada à pesquisa que vem desenvolvida no mestrado e ao ambiente de trabalho, neste caso a Ronda Escolar. Dessa forma, foi idealizada em uma ação com a temática “Inclusão de Pessoas Surdas: um olhar sensível com a Ronda Escolar Portal do Sertão”. Ressalta-se que no caso específico deste estudo, a intenção é compreender, a partir de metodologia (auto)biográfica³, através de entrevista narrativa⁴, como o estudante Surdo aprende a Língua Portuguesa escrita, como sua segunda língua (L2), refletindo ainda sobre temáticas como inclusão e acessibilidade linguística, dentre outras.

Em seguida, a proposta foi formalizada⁵ junto ao PPGECID, através da docente do componente curricular e à instituição parceira, a Ronda Escolar Portal do Sertão, por meio da sua Comandante, à época, a Capitã PM Nina Marques, apresentando a atividade proposta e de como seria a participação dos policiais militares sob o seu comando. A fase seguinte foi a elaboração do roteiro das atividades a serem desenvolvidas, delimitação da temática e forma de abordagem, o planejamento de quando e onde ocorreriam os momentos de sensibilização, e a quantidade de vagas disponibilizadas. Também foi feito o convite à professora de Libras, Aglaia Muritiba, discente do PPGECID, para que essa pudesse contribuir na aplicação da ação.

Para contemplar o efetivo daquela subunidade policial militar, a ação foi planejada para dois dias e o roteiro foi idealizado de maneira que cada encontro contasse com uma parte teórica e legislações sobre

3 Segundo Souza (2007), a (auto)biografia pode garantir, ao colaborador do estudo, a partir da narrativa das suas vivências individuais e coletivas, o papel de protagonista de sua história, enquanto sujeito crítico.

4 Narrativa na pesquisa (auto)biográfica o entrevistador convida o entrevistado a falar de si, numa interação horizontal, fora do esquema pergunta-resposta, mas com questões ou temas relacionados ao que será investigado e contado livremente (Pacha e Moreira, 2022).

5 Conforme estabelecido na Resolução nº 01/2022, de 08 de abril de 2022, do Colegiado do Mestrado Profissional em Educação Científica, Inclusão e Diversidade, que estabelece as normas para o acompanhamento da Prática Profissional Docente, o Plano de Trabalho e todos os documentos obrigatórios foram preenchidos e enviados para apreciação, deliberação e aprovação das partes envolvidas. A ação foi registrada no Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, da UFRB.

inclusão e pessoas Surdas⁶, e outra sobre a importância da comunicação entre ouvintes e Surdos, além de algumas noções sobre a Língua Brasileira de Sinais, ensinadas pela professora de Libras. Definimos a datas 29 de maio e 05 de junho de 2025, das 13h às 18h, com 15 vagas para cada encontro.

Para o local onde pudesse ser realizada a atividade, foi cedido o uso da sala onde funciona o Laboratório de Línguas do Colégio Estadual de Tempo Integral Professora Ana Angélica Vergne de Moraes, no bairro Campo Limpo, em Feira de Santana - uma instituição parceira da Ronda Escolar. Para a ação, confeccionamos e enviamos no grupo de *WhatsApp* da Ronda Escolar um *card* com a informação da ação a ser desenvolvida, convidando os policiais militares daquela subunidade para a atividade. Esse mesmo *card* foi publicado e compartilhado nas redes sociais oficiais do PPGECID e da Ronda Escolar Portal do Sertão.

A atividade prática foi proposta da seguinte forma: com a utilização de *datashow*, apresentamos o tema em *slides*, mostrando os objetivos e relevância da temática dentro do contexto em que estamos inseridos. Em seguida, aplicamos a seguinte dinâmica, mas ainda dentro da temática a ser discutida: dividido o público em duplas e trio, um componente de cada grupo recebeu um cartão com informação que deveria ser passada para o outro membro do seu grupo e demais pessoas presentes, sem, contudo, oralizar. E assim se seguiu até que todos os presentes participassem. Passado esse momento, apresentamos alguns documentos legais sobre pessoas com deficiência, inclusão, Surdos, Libras, bilinguismo e outras informações a respeito da comunidade e cultura Surda. Seguimos falando sobre recursos analógicos e tecnológicos que podem intermediar a comunicação entre ouvintes e Surdos, importância da valorização das “vozes visuais” utilizadas por essas pessoas. Como momento prático, foram apresentados e ensinados alguns sinais em Libras, que estão ligados ao cotidiano do policial militar de Ronda Escolar.

Como atividade final, foi disponibilizado um momento para que os participantes expressassem suas considerações e percepções sobre a ação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES Com a publicação da ação na rede social da Ronda Escolar Portal do Sertão, a 1ª Tenente PM Mônica, então comandante da Ronda Maria da Penha Portal do Sertão, sinalizou interesse da participação do efetivo subordinado ao seu comando. Dessa forma, o convite tornou-se extensivo ao efetivo policial militar pertencente àquele grupamento. Consideramos importante a ampliação do público, já que reconhecemos o quanto as pessoas Surdas têm dificuldades com acesso à prestação de serviços públicos, de um modo geral, por desconhecimento dos servidores públicos não somente sobre a Libras, mas também sobre as singularidades dessas pessoas. Como não há uma formação específica para esses servidores, entendemos a relevância de que mais pessoas que prestam serviço ao público possam passar por formações semelhantes.

Em ambos os dias da ação de extensão, com finalidade lúdica, executamos uma dinâmica com a formação de duplas e trio entre os presentes. Cada membro das duplas e trio recebeu um cartão indicando uma ação para ser apresentada na frente do grupo, mas sem oralização, para que o(s) outro(s) componente(s) da dupla ou trio pudesse(m) descobrir

6

Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (Brasil, 2000, 2002, 2005, 2015, 2021 e 2024, respectivamente).

o que estava sendo dito. Todas as duplas e trio se envolveram e participaram. Foi feita também uma contextualização histórica a respeito de como as pessoas com deficiência eram tratadas e, mais especificamente, os Surdos.

Na apresentação teórica, falamos também sobre os períodos de exclusão e segregação das pessoas com deficiência no convívio familiar e social, com base em Galvão Filho (2009), dos primeiros espaços educacionais para pessoas Surdas e o início da língua de sinais pelo mundo (Ramos, 2002). Não deixamos de citar o Congresso de Milão, quando educadores ouvintes planejaram e decidiram sobre a educação de Surdos, sendo contrários aos pesquisadores Surdos, que defendiam que o aprendizado acontecesse na língua de sinais (Fernandes e Moreira, 2014) e seguimos dialogando acerca de inclusão, pessoas Surdas e Libras com base em documentos legais.

A Língua de Sinais, como instrumento de identidade e pertencimento, representa a pessoa, a comunidade e a cultura Surda. Nesse viés, apresentamos a diferença entre as três situações: pessoa surda - pessoa ou grupo de indivíduos que têm audição, total ou parcial, prejudicada de maneira a impedi-lo de compreender a fala através do ouvido; comunidade Surda - constituída por Surdos, ouvintes, familiares, educadores, intérpretes e demais cidadãos que se identificam com a cultura Surda; cultura Surda - dinâmica e que varia de acordo com a região, é caracterizada como uma maneira de vivenciar o mundo não baseada em sons, mas em experiências visuais e outras sensações, compõe um conjunto de valores, língua (Libras), expressões artísticas, tradições e experiências visuais. Dessa forma, a valorização da identidade Surda permite ao Surdo a sua existência enquanto sujeito participativo, sendo visto para além da deficiência, o que possibilita reconhecê-lo como cidadão essencialmente visual que assimila e produz cultura (Rodrigues-Moura, 2008).

Ainda nesse diapasão, falamos sobre identidades Surdas e também expusemos que a falta de identificação visual dos Surdos e gestos mal interpretados são algumas situações que podem dificultar a abordagem policial com a pessoa Surda. Salientamos a importância de manter contato visual, mesmo que o Surdo não saiba leitura labial. Exibimos alguns recursos analógicos (bloco de notas portáteis e caneta; cartões de comunicação visual, com pictogramas ou palavras-chave indicando ações básicas) e aplicativos tecnológicos (*Hand Talk* e *vLibras*, que traduzem textos digitais escritos ou falados para a Língua de Sinais; e aplicativos que transformam áudio em texto, como o *Transkriptor*), que podem auxiliar na comunicação com Surdos.

Com base nas atividades diárias desenvolvidas pelos agentes de segurança presentes, a professora colaboradora, Aglaia, falou sobre peculiaridades da Libras e ensinou a datilologia e os sinais de algumas palavras/expressões do cotidiano e também relacionadas ao serviço policial militar nas escolas, como: “Bom dia/tarde/noite!”, “Tudo bem?”, “Como é seu nome?”, “Com licença!”, “Obrigado!”, “De nada!”, “Gostei!”, “Pare!”, “Mantenha a calma!”, “Vamos te ajudar!”, “Explique o que houve!”, “policial militar”, “delegacia”, “escola”, “casa”, documentos pessoais e espaços públicos. Em seguida, foi mostrado um pequeno diálogo e alguns voluntários se posicionaram à frente para apresentar em Libras.

Houve bastante participação, com retirada de dúvidas e apresentação de peculiaridades sobre as temáticas apresentadas. E, ao final, como

forma de avaliação, as pessoas externaram suas percepções sobre o momento de formação. Houve, inclusive, interesse em aprender a Libras e sugestão de outros encontros formativos sobre a temática. No primeiro encontro, estavam presentes 14 pessoas, sendo dez policiais militares das Ronda Escolar e Maria da Penha Portal do Sertão, e quatro da comunidade acadêmica. Já no segundo momento, participaram sete policiais e duas pessoas da academia.

As percepções externadas pelos participantes ao final dos encontros foram sistematizadas a partir de falas espontâneas, de dúvidas apresentadas ao longo das oficinas e de sugestões de continuidade formativa. A leitura analítica desses registros permitiu identificar três eixos centrais: (i) reconhecimento das barreiras comunicacionais enfrentadas por pessoas Surdas no acesso aos serviços públicos; (ii) ressignificação das práticas de abordagem policial em espaços escolares; e (iii) valorização da formação continuada sobre acessibilidade linguística e inclusão.

No primeiro eixo, observou-se que os participantes passaram a reconhecer que a ausência de estratégias comunicacionais adequadas pode ampliar situações de tensão em abordagens envolvendo estudantes Surdos, sobretudo em momentos de mediação de conflito no ambiente escolar. Um dos participantes destacou que “nunca havia pensado que a abordagem policial poderia gerar tensão quando o estudante não compreende a língua utilizada”, evidenciando a necessidade de transição de uma língua oralizada para ou outra viso-espacial (Libras).

No segundo eixo, destacou-se a compreensão de que recursos simples, como contato visual, uso de cartões com pictogramas, escrita mediadora e aplicativos de tradução para Libras, podem favorecer práticas mais humanizadas, seguras e inclusivas durante o serviço policial. Após apresentar alguns recursos tecnológicos que podem diminuir, de forma paliativa, essa barreira comunicativa, alguns policiais militares instalaram em seus aparelhos celulares aplicativos que podem traduzir textos e áudios para Libras. Um policial militar acrescentou: “Eu não sabia. Vou aproveitar para baixar o vLibras e tentar conversar com o irmão da Igreja que congrego, que é Surdo.”

O terceiro eixo emergiu do interesse manifestado pelos policiais em ampliar o repertório linguístico em Libras e da sugestão de novos encontros formativos, indicando que a ação extensionista provocou deslocamentos importantes na percepção dos participantes acerca do atendimento à comunidade Surda, inclusive perguntando: “quando será a próxima aula?”. Outra policial militar, que também é psicóloga, iniciou o Curso Básico de Libras no semestre seguinte. A Ronda Escolar Portal do Sertão organiza, anualmente, uma semana de atividades voltadas para sua atuação, levando sempre temas variados, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente, Primeiros Socorros, Inclusão e Acessibilidade, com convidados especialistas em cada área.

Ao tensionar as relações entre linguagem, inclusão e atuação interinstitucional, a experiência extensionista produziu deslocamentos importantes para a pesquisa de mestrado, sobretudo ao evidenciar que o acesso do estudante Surdo ao português escrito como L2 não pode ser compreendido de forma dissociada das condições sociais, comunicacionais e institucionais que atravessam sua trajetória escolar. Nesse sentido, a interlocução com a Ronda Escolar permitiu problematizar a acessibilidade linguística como um princípio que perpassa não apenas a escola,

mas atores da rede de proteção e cuidado, evidenciando que o debate sobre bilinguismo e inclusão extrapola o campo estritamente pedagógico e alcança dimensões interinstitucionais da escolarização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS A realização desta ação de extensão foi uma oportunidade significativa de articular a teoria, vivenciada nas leituras e discussões acadêmicas, com a prática. Também proporcionou aos envolvidos, educadores e agentes de segurança, refletir sobre o quanto é importante estarmos em constante processo de formação, já que lidamos com uma diversidade de educandos, o que evidencia a necessidade de aprofundar reflexões e entendimentos sobre a inclusão.

Através da oficina intitulada “Inclusão de Pessoas Surdas: um olhar sensível com a Ronda Escolar Portal do Sertão”, realizada com policiais militares da Ronda Escolar Portal do Sertão e da Ronda Maria da Penha Portal do Sertão, foi possível construir um espaço formativo colaborativo, promovendo a sensibilização sobre a inclusão de pessoas com deficiência, em especial os Surdos.

Além de atender aos objetivos propostos, a atividade também possibilitou a aproximação entre a pesquisa acadêmica e a prática educativa, o aprimoramento de habilidades relacionadas ao planejamento didático, a percepção do outro a respeito da inclusão e diversidade.

Conclui-se, portanto, que a prática contribuiu para os participantes repensarem e refletirem sobre inclusão e a comunicabilidade entre pessoas Surdas e ouvintes. Toda essa experiência serviu de crescimento e amadurecimento dos participantes, em especial do pesquisador que está desenvolvendo a pesquisa sobre o ensino de Língua Portuguesa escrita aos estudantes surdos que utilizam a Libras como língua materna.

Conclui-se, portanto, que a prática contribuiu para que os participantes repensassem estratégias de comunicabilidade com pessoas Surdas, especialmente em situações de abordagem, acolhimento e mediação de conflitos no contexto escolar. Os indícios de transformação puderam ser percebidos no interesse pela continuidade da formação, na apropriação inicial de sinais em Libras relacionados ao cotidiano profissional e na incorporação de recursos analógicos e tecnológicos apresentados durante a oficina, apontando para a possibilidade de repercussões concretas nas práticas futuras da Ronda Escolar Portal do Sertão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. [recurso eletrônico] – Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2024. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoconstituicao/anexo/cf.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em 20 jul. 2024.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em 20 jul. 2024.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

_____. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm. Acesso em: 22 jun. 2025.

CAPOVILLA, F. C. **Filosofias educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilinguismo**. Rev. bras. educ. espec. [online]. 2000, vol.06, n.01, pp.99-116. ISSN 1413-6538.

CARVALHO, V. F.; CAMPELLO, A. R. S. **A EXISTÊNCIA DE QUATORZE (14) IDENTIDADES SURDAS**. HUMANIDADES & INOVAÇÃO, v. 9, p. 14, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2792>. Acesso em: 10 maio 2025.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. **Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro**. EDUCAR EM REVISTA (IMPRESSO), v. 2/2014, p. 51-69, 2014.

GALVÃO FILHO, T.A. **Tecnologia assistiva para uma escola inclusiva: apropriação, demanda e perspectivas**. 2009. 346p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador-BA, 2009.

PACHA, P.; MOREIRA, L. V. C.. **Entrevista narrativa como técnica de pesquisa**. SYNESIS (ON LINE), v. 14, p. 157-168, 2022.

PIMENTEL, S. C. **A Didática a serviço da inclusão de estudantes com deficiência na escola comum**. Revista Interinstitucional Artes de Educar, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 66-78, 2018. DOI:10.12957/riae.2018.29457. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/29457>. Acesso em: 27 out. 2024.

RAMOS, C. R. **LIBRAS: a Língua de Sinais dos Surdos Brasileiros**. In: IPPP. (Org.). Projeto Educação Especial Inclusiva “Módulo Avançado”/ Manual do Aluno. Rio de Janeiro: Setrab/ Secretaria de Estado do Trabalho RJ / IPPP Instituto de Professores Públicos e Particulares, 2002, v. CAP. 4

RODRIGUES-MOURA, Débora. **O uso da LIBRAS no Ensino de Leitura de Português como segunda língua para Surdos: Um estudo de caso em uma perspectiva bilíngue.** São Paulo: s.n., 2008

SACKS, O. **Vendo vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos.** Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SOUZA, Elizeu Clementino (Org.). **Autobiografias, histórias de vida e formação: pesquisa e ensino.** Porto Alegre: EDPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2006, 372 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB). **Resolução nº 01/2022**, de 08 de abril de 2022. Estabelece normas para o acompanhamento da Prática Profissional Docente para os mestrandos do Mestrado Profissional em Educação Científica, Inclusão e Diversidade e revoga a Resolução nº 001/2021 PPGECD. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgecid/images/Documentos/Resolucao_de_Estagio_aprovado_em_08042022.pdf. Acesso em: 02 jun. 2025.

WILCOX, P.; WILCOX, S. **Aprender a ver.** Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.